

RELATÓRIO DE GESTÃO 2019



Direção

António Sarmento Gomes Mota – Presidente

Duarte Maria de Almeida e Vasconcelos Calheiros – Vice-Presidente

Alexandre Cardoso Correia da Mota Pinto - Vogal

Clara Patrícia Costa Raposo - Vogal

Clementina Maria Dâmaso de Jesus Silva Barroso - Vogal

José Costa Pinto - Vogal

Vera Pinto Pereira - Vogal

Mesa da Assembleia Geral

Daniel Proença de Carvalho – Presidente

Inês Maltez Fernandes – Secretária

Conselho Fiscal

Manuel Ramos de Sousa Sebastião – Presidente

Jorge Manuel de Sousa Marrão – Vogal

Paulo Fernando Bandeira – Vogal

Conselho Geral

Pedro Miguel Duarte Rebelo de Sousa (Presidente)

Banco BIC Português, S.A. (representado por Fernando Teixeira dos Santos)

Banco BPI, S.A. (representado por Alexandre Cardoso Martha de Lucena e Vale)

Banco Comercial Português, S.A. (representado por Ana Isabel Pina Cabral)

Beatriz Pessoa de Araújo

Caixa Geral de Depósitos, S.A. (representada por Paulo Macedo)

CTT - Correios de Portugal, S.A. (representados por Nuno Fernandes Thomaz)

EDP – Energias de Portugal, S.A. (representada por Luís Amado)

EDP Renováveis, S.A. (representada por Acácio Jaime Liberato Mota Piloto)

Esmeralda da Silva Santos Dourado

Galp Energia, S.A. (representada por Carlos Costa Pina)

João Afonso Ramalho Sopas Pereira Bento

Luís Fernando de Mira Amaral

Luís Manuel Pêgo Todo Bom

Manuel Maria Simões Nunes Agria

Maria Luísa Falcão Líbano Monteiro Antas

NOS, SGPS, S.A. (representada por Jorge Brito Pereira)

Novo Banco, S.A. (representado por António Manuel Palma Ramalho)

Pharol, SGPS S.A. (representada por Luís Maria Viana Palha da Silva)

REN – Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S.A. (representada por José Luís Arnaut)

Semapa, SGPS, S.A. (representada por Carlos Eduardo Coelho Alves)

Vítor Augusto Brinquete Bento

Senhores Associados

Nos termos da Lei e dos Estatutos, a Direção submete à apreciação de V. Exas o Relatório de Gestão do IPCG – Instituto Português de Corporate Governance relativo ao exercício de 2019 e as Contas respeitantes ao mesmo período.

1. Introdução

A estrutura deste relatório destaca os três pilares que têm constituído, no passado recente, o quadro de referência da atividade do IPCG, a saber, o Código de Governo das Sociedades, a ação formativa e a disseminação do conhecimento e nele se inserem as ações que, realizadas ao longo do exercício, concorrem para a concretização destes objetivos.

2. Código de Governo das Sociedades

No ano de 2019 os emitentes publicaram, pela primeira vez, os respetivos relatórios de governo societário no quadro da vigência do Código de Governo das Sociedades. Neste contexto, o ano de 2019 teve um momento de grande significado quando em dezembro a Comissão de Acompanhamento e Monitorização do Código (CAM) deu a conhecer publicamente os resultados globais do processo de monitorização quanto ao grau de acolhimento do Código por parte das entidades emitentes. Os resultados apresentados evidenciaram um cumprimento recomendatório bastante significativo, globalmente superior a 70%, mas evidenciando ao mesmo tempo várias áreas de melhoria, com graus de cumprimento abaixo dos 50%. Deste processo igualmente resultou a produção de relatórios individuais para cada entidade emitente que assim puderam ter um elemento importante de aferição para uma evolução futura do nível de cumprimento do código. Neste âmbito importa ainda sublinhar o trabalho desenvolvido pela Comissão Executiva da CAM e, em particular, a sua equipa técnica, que no quadro da preparação do relatório de monitorização desenvolveu um diálogo muito aberto e construtivo com todas as entidades emitentes, que possibilitou múltiplos esclarecimentos recíprocos e criando um clima de confiança importante para a consolidação da implementação do código.

Para 2020, e para além de consolidação do processo de monitorização, a partir da experiência colhida em 2019, haverá um terceiro momento importante, a primeira revisão do código que se circunscreverá primordialmente a ajustamentos resultantes da experiência colhida do primeiro processo de monitorização.

3. Ação formativa

A ação formativa do IPCG continuou muito centrada no Programa Avançado para Administradores não Executivos, que em 2019 realizou a sua 4.ª edição, que esgotou o número de vagas disponíveis (30) e em que se continuou a assistir ao aumento do número de participantes que se sujeitaram ao exame final de avaliação, condição para a obtenção de um diploma de aprovação e não meramente de frequência.

4. Disseminação do conhecimento

O IPCG participou ao longo do ano em diversas iniciativas promovidas por diferentes organizações como a Conferência Anual do IPAI, o seminário Empresas Familiares - A Importância dos Valores", numa coorganização com a PwC, a Câmara de Comércio e Indústria Portuguesa e a Associação das Empresas Familiares, e a coorganização com a Abreu & Associados, do seminário sobre a "Responsabilidade dos Administradores". Refira-se também a participação nos projetos *Finance Labs for Growth*, *Women on Boards* e *WoB-LAB*. Neste âmbito, o principal objetivo tem sido sempre o de contribuir para o debate e divulgação de temas relacionados com o governo societário.

Sublinhe-se ainda, no âmbito das atividades do Conselho Geral do IPCG a realização de um pequeno-almoço executivo sobre o tema *The role of audit in supporting sustainable economies*, animado por Alan Johnson e também no âmbito do Programa Avançado para Administradores Não Executivos a realização de seminário Decisões de Corporate Governance dos Fundos de Investimento e Sociedades de Capital de Risco nas suas Participadas, tendo como principais intervenientes Fernando Esmeraldo e João Talone.

Um outro domínio em que o IPCG tem procurado desenvolver as suas primeiras iniciativas é o da compilação e síntese de informação relevante sobre o governo das sociedades. Assim, e no seu *website*, o IPCG disponibiliza já os códigos de governo societário de países de referência nesta matéria e também (mas reservado aos sócios, coletivos e individuais do IPCG) a compilação de todos os relatórios de governo societário publicados pelas sociedades emitentes em 2019 (sobre o exercício de 2018) a que se seguirá idêntica compilação em 2020, sobre o exercício de 2019, mal estejam disponíveis os relatórios. Trata-se, cremos, de um trabalho de síntese informativa diferenciador e, simultaneamente, procurando oferecer um serviço de valor para os associados do IPCG.

5. Relações institucionais

O IPCG manteve um diálogo permanente com as autoridades governamentais e de supervisão e em particular procurando responder sempre que foi consultado em matérias relacionadas com o governo societário. De igual modo se manteve um relacionamento próximo com a AEM e com a Euronext, visando contribuir para o desenvolvimento e dinamização do mercado de capitais nacional.

6. Relações com Associados

O IPCG procurou manter um diálogo muito ativo com todos os seus associados, coletivos e individuais, não só os convidando para participar em todas as iniciativas organizadas ou coorganizadas pelo IPCG, como ainda informando-os de várias iniciativas promovidas por outras entidades e que, tendo alguma ligação com as temáticas a que o IPCG está ligado, este se disponibiliza para ser um agente ativo das mesmas.

Avulta ainda, neste âmbito, a criação do Fórum de Governo Societário, uma iniciativa de debate e análise, que reúne as principais entidades de prestação de serviços profissionais com ligação ao mercado de capitais e ao governo societário e que vêm apoiando financeiramente o Instituto contribuindo nomeadamente para a sustentação do conjunto de recursos que foi e continuará a ser necessário envolver no processo de acompanhamento e monitorização do código. À Abreu, Deloitte, Egon Zehnder, EY, KPMG, Linklaters, Morais Leitão, PLMJ, PWC, SRS, Uría e VdA, o IPCG está muito reconhecido pelo apoio recebido.

7. Organização e recursos

O IPCG ampliou em 2019 o seu quadro de colaboradores permanentes de um para dois colaboradores, com a admissão de Ana José Silva que ficou primordialmente afeta às áreas de comunicação, marketing e gestão de eventos. A Ana Rita Silva assumiu as funções de assessora de adjunta da direção, mantendo a responsabilidade direta pela área administrativa. Estas alterações ocorrem na sequência da extinção da função de Vice-Presidente Executivo vigente nos mandatos anteriores e também no seguimento de um novo modo de funcionamento da Direção, que ao ser neste mandato alargada a 7 membros, possibilita uma maior capacidade de acompanhamento da atividade do dia-a-dia do Instituto e também de supervisão das funções dos colaboradores do IPCG.

As instalações do Instituto registaram também em 2019 uma pequena ampliação da área disponível e com um incremento bastante moderado da renda, que possibilitou a criação de uma sala de reuniões para 12 pessoas, importante para o apoio às atividades do IPCG e das Comissões de Acompanhamento do Código.

Finalmente, concretizou-se a remodelação do *site* do Instituto, agora mais apelativo e mais funcional e apresentando uma nova dinâmica informativa.

Uma palavra ainda de justo reconhecimento à SRS que apoiou graciosamente o IPCG na gestão jurídica de alguns temas relacionados com a sua atividade.

8. Análise económica e financeira

Os rendimentos ascenderam a 246 767,50 EUR, o que representa um aumento superior a 24% relativamente aos rendimentos de 2018. Para este incremento muito contribuiu a ampliação do número de entidades associadas e patrocinadoras do Fórum do Governo Societário, oriundas da área de prestação de serviços profissionais de auditoria, consultoria e jurídicos e também o incremento, relativamente aos do ano anterior das receitas do programa avançado para administradores não executivos.

Os gastos operacionais registaram também um aumento importante (21%), mas inferior ao dos rendimentos, decorrente essencialmente da ampliação do quadro de pessoal e sobretudo dos gastos associados à estrutura técnica montada para a realização da monitorização do código.

Em consequência, o resultado líquido aumentou em relação a 2018 mais de 22%, atingindo o valor de 19 664,08 EUR.

No que respeita à situação financeira, o IPCG continua a evidenciar uma posição muito sólida, sem nenhum endividamento bancário e apenas exibindo como passivo itens ligados à atividade. Acresce um valor superior a 100 000 EUR em disponibilidades, o que confere ao IPCG uma importante margem de segurança para a prossecução dos seus objetivos.

Registado o resultado líquido de 2019, os fundos patrimoniais exibem, em 31 de dezembro de 2019 o montante de 109 344,94 EUR.

Nestes termos, propõe-se que o resultado líquido apurado, de 19 664,08 EUR, seja acrescido ao Fundo Social.

9. Impacto do COVID-19

No momento em que a Direção elaborou e aprovou este relatório já se conhecem os primeiros efeitos e as primeiras medidas governamentais de combate à pandemia.

O IPCG tomou rapidamente um conjunto de medidas de mitigação dos impactos do COVID – 19 e em particular:

- Adiamiento da realização da 5.ª edição do programa avançado para administradores não executivos, previsto para a segunda quinzena de março;
- Implementação do regime de teletrabalho para as duas colaboradoras permanentes do IPCG, com o concomitante encerramento das instalações;
- Aquisição de *software* que possibilite a realização de reuniões e outras iniciativas de modo remoto.

Estão criadas as condições para se assegurar a plena operacionalidade do IPCG devendo-se, com o evoluir da situação de pandemia, avaliar os termos em que se poderão retomar, mesmo que remotamente, algumas iniciativas suspensas, bem como a possibilidade de desencadear outras, mesmo que num quadro de acessibilidade restritivo.

10.Agradecimentos

A Direção do IPCG agradece, reconhecidamente, o apoio que tem permanentemente recebido dos seus associados, coletivos e individuais.

Foi também muito importante o apoio e orientação e conselho do seu Conselho Geral, do seu Presidente Pedro Rebelo de Sousa e ainda do Conselho Consultivo do IPCG.

Uma palavra de muito apreço pelo irrepreensível relacionamento tido com o Conselho Fiscal e pela disponibilidade sempre demonstrada pelo Presidente da Mesa da Assembleia Geral.

Finalmente, um agradecimento, merecido, à dedicação e profissionalismo dos Colaboradores permanentes do IPCG.

Lisboa, 15 de abril de 2020

A Direção

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

BALANÇOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

Unidade monetária: Euros

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31.12.2019	31.12.2018
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	3 825,56	642,45
Ativos intangíveis	5	0,00	85,90
Investimentos financeiros	5	66,99	0,00
		3 892,55	728,35
Ativo corrente			
Créditos a receber	6	121,41	324,03
Estado e outros entes públicos	12	84,75	48,29
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	7	13 110,00	11 050,00
Diferimentos	8	6 475,68	4 917,62
Caixa e depósitos bancários	9	103 388,06	80 252,27
		123 179,90	96 592,21
Total do Ativo		127 072,45	97 320,56
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
FUNDOS PATRIMONIAIS			
Fundos	10	89 680,86	73 675,54
Resultado líquido do exercício	10	19 664,08	16 005,32
Total dos Fundos patrimoniais		109 344,94	89 680,86
PASSIVO			
Passivo não corrente			
		0,00	0,00
Passivo corrente			
Fornecedores	11	5 664,31	98,76
Estado e outros entes públicos	12	4 977,11	3 202,25
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	7	395,01	50,00
Diferimentos	8	50,00	200,00
Outros passivos correntes	13	6 641,08	4 088,69
		17 727,51	7 639,70
Total do Passivo		17 727,51	7 639,70
Total dos Fundos patrimoniais e do Passivo		127 072,45	97 320,56

O Contabilista Certificado
N.º 38933

A Direção

**DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS POR NATUREZAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018**

Unidade monetária: Euros

RENDIMENTOS E GASTOS		NOTAS	EXERCÍCIOS	
			2019	2018
(+)	Vendas e serviços prestados	14	246 767,50	198 640,00
(-)	Fornecimentos e serviços externos	15	-165 347,88	-137 814,75
(-)	Gastos com o pessoal	16	-43 608,01	-34 698,66
(-/+)	Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	7	-2 300,00	-2 225,00
(+/-)	Aumentos/reduções de justo valor	5	0,39	0,00
(+)	Outros rendimentos	17	311,21	2 758,14
(-)	Outros gastos	18	-7 983,56	-9 485,68
=	Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		27 839,65	17 174,05
(-/+)	Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5	-8 117,47	-1 100,16
=	Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		19 722,18	16 073,89
=	Resultado antes de impostos		19 722,18	16 073,89
(-/+)	Imposto sobre o rendimento do exercício	4-12	-58,10	-68,57
=	Resultado líquido do exercício	10	19 664,08	16 005,32

O Contabilista Certificado
N.º 38933



A Direção



**DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018**

Unidade monetária: Euros

RENDIMENTOS E GASTOS		NOTAS	EXERCÍCIOS	
			2019	2018
(+)	Vendas e serviços prestados	14	246 767,50	198 640,00
(-)	Custo das vendas e dos serviços prestados		0,00	0,00
=	Resultado bruto		246 767,50	198 640,00
(+)	Outros rendimentos	5-7-17	361,60	3 583,14
(-)	Gastos de distribuição		0,00	0,00
(-)	Gastos administrativos	15-16	-208 955,89	-172 513,41
(-)	Gastos de investigação e desenvolvimento		0,00	0,00
(-)	Outros gastos	5-7-18	-18 451,03	-13 635,84
=	Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		19 722,18	16 073,89
=	Resultados antes de impostos		19 722,18	16 073,89
(-/+)	Imposto sobre o rendimento do exercício	4-12	-58,10	-68,57
=	Resultado líquido do exercício	10	19 664,08	16 005,32

O Contabilista Certificado
N.º 38933



A Direção



**DEMONSTRAÇÕES DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018**

Unidade monetária: Euros

DESCRIÇÃO	NOTAS	FUNDOS PATRIMONIAIS ATRIBUÍDOS AOS INSTITUIDORES DA ENTIDADE		
		Fundos	Resultado líquido do exercício	Total dos Fundos Patrimoniais
POSIÇÃO NO INÍCIO DO EXERCÍCIO 2018	10	52 752,18	20 923,36	73 675,54
ALTERAÇÕES NO EXERCÍCIO				
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais		20 923,36	-20 923,36	-
		20 923,36	-20 923,36	-
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO			16 005,32	16 005,32
POSIÇÃO NO FIM DO EXERCÍCIO 2018	10	73 675,54	16 005,32	89 680,86
POSIÇÃO NO INÍCIO DO EXERCÍCIO 2019	10	73 675,54	16 005,32	89 680,86
ALTERAÇÕES NO EXERCÍCIO				
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais				-
		16 005,32	-16 005,32	-
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO			19 664,08	19 664,08
POSIÇÃO NO FIM DO EXERCÍCIO 2019	10	89 680,86	19 664,08	109 344,94

O Contabilista Certificado
N.º 38933



A Direcção



Instituto Português de Corporate Governance

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DE FLUXOS DE CAIXA
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

UNIDADE MONETÁRIA €

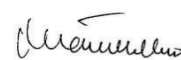
RUBRICAS	PERÍODOS	
	2019	2018
<u>Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo</u>		
Recebimentos de clientes	242 826,49 €	193 909,39 €
Pagamentos a fornecedores	-160 038,58 €	-145 032,84 €
Pagamentos ao pessoal	-42 461,59 €	-52 117,06 €
Caixa gerada pelas operações	40 326,32 €	-3 240,51 €
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	-99,07 €	-48,29 €
Outros recebimentos/pagamentos	-5 825,18 €	-5 925,68 €
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)	34 402,07 €	-9 214,48 €
<u>Fluxos de caixa das actividades de investimento</u>		
Pagamentos respeitantes a:		
Activos fixos tangíveis	-10 673,73 €	-21,99 €
Activos intangíveis	-540,95 €	
Investimentos financeiros	-66,60 €	
Juros e rendimentos similares	15,00 €	258,75 €
Dividendos		
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)	-11 266,28 €	236,76 €
<u>Fluxos de caixa das actividades de financiamento</u>		
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)	0,00 €	0,00 €
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)	23 135,79 €	-8 977,72 €
Efeito das diferenças de câmbio		
Caixa e seus equivalentes no início do período	80 252,27 €	89 229,99 €
Caixa e seus equivalentes no fim do período	103 388,06 €	80 252,27 €
	0,00 €	0,00 €

O Contabilista Certificado

N.º 38933



A Direcção

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM

31.DEZEMBRO.2019

(Valores expressos em Euros)

NOTA 1 – IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

O **Instituto Português de Corporate Governance** é uma Associação de direito privado, fundada em 15 de Junho de 2004, pessoa coletiva com o número 506 665 909, com sede social na Avenida da Liberdade, n.º 196, 6.º piso, em Lisboa, que tem como objecto estatutário a investigação e divulgação dos princípios de Corporate Governance podendo para o efeito desenvolver todas as actividades adequadas a tal fim.

NOTA 2 - REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, em conformidade com o Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de Julho, republicado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de Junho, e de acordo com a estrutura conceptual e as normas contabilísticas e de relato financeiro para as entidades do sector não lucrativo, aplicáveis no exercício findo em 31 de Dezembro de 2019.

NOTA 3 - PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

a) Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade da actividade, a partir dos livros e registos contabilísticos do Instituto, de acordo com a NCRF para entidades do sector não lucrativo.

b) Especialização dos exercícios

O Instituto Português de Corporate Governance segue o princípio contabilístico da especialização de exercícios relativamente à generalidade das rubricas das Demonstrações Financeiras. Nesse sentido, a quotização de associados e outros rendimentos e gastos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento do respectivo recebimento ou pagamento.

c) Ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis

Os ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis estão contabilizados ao custo de aquisição, deduzidos de depreciações e amortizações acumuladas e eventuais perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações e amortizações são calculadas segundo o método das quotas constantes, por referência ao início do exercício em que os ativos estão disponíveis para utilização, e dentro dos limites das taxas estabelecidas para fins fiscais, as quais se considera traduzirem satisfatoriamente a vida útil esperada.

As taxas de depreciação e amortização utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida estimada:

	Anos de <u>vida útil</u>
Programas de computador	1 a 3
Equipamento administrativo	1 a 8

d) Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros, contribuições para os FCT/FGCT, são contabilizados pelo seu justo valor.

e) Ativos e passivos financeiros

Os ativos e passivos financeiros do Instituto são mensurados ao custo ou ao custo amortizado quando apresentam as seguintes características:

- Sejam à vista ou tenham uma maturidade definida;
- Tenham associado um retorno fixo ou determinável; e
- Não sejam um instrumento financeiro derivado ou não incorporem um instrumento financeiro derivado.

O custo amortizado corresponde à quantia pela qual um ativo financeiro ou passivo financeiro é mensurado no reconhecimento inicial, menos os reembolsos de capital, mais ou menos a amortização acumulada, usando o método da taxa efetiva, de qualquer diferença entre a quantia inicial e a quantia na maturidade. A taxa de juro efetiva é a taxa que desconta os pagamentos ou recebimentos futuros estimados na quantia líquida escriturada do ativo ou passivo financeiro.

Estão incluídos nesta categoria:

- 1- Os Clientes e Associados, mensurados ao custo amortizado deduzido de perdas por imparidade;
- 2- Caixa e depósitos bancários, incluindo depósitos à ordem e a prazo, são mensurados ao custo amortizado, o qual não difere do seu valor nominal;
- 3- Outros ativos financeiros, incluindo “Estado e Outros Entes Públicos” e “Créditos a receber” mensurados ao custo amortizado, o qual corresponde normalmente ao seu valor nominal; e
- 4- Outros passivos financeiros, incluindo “Outros passivos correntes”, mensurados ao custo amortizado, o qual corresponde normalmente ao seu valor nominal.

Os ativos financeiros são sujeitos a testes de apuramento de perdas por imparidade em cada data de relato. Os ativos financeiros encontram-se em imparidade quando existe uma evidência objetiva de que, em resultado de um ou mais acontecimentos ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os seus fluxos de caixa futuros estimados são afetados.

Os Associados com quotas em atraso superiores a quatro ou mais anos são integralmente provisionados, sendo as perdas por imparidade registadas na rubrica “Perdas por imparidade” da demonstração dos resultados.

Subsequentemente, se o montante da perda por imparidade diminui e se essa diminuição pode ser objetivamente relacionada com um acontecimento que teve lugar após o reconhecimento da perda, esta deve ser revertida por resultados. A reversão deve ser efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (custo amortizado) caso a perda não tivesse sido inicialmente registada. A reversão de perdas por imparidade é registada em resultados na rubrica “Imparidades de dívidas a receber”.

f) Imposto sobre o rendimento

Os impostos correntes sobre o rendimento (IRC) são calculados de acordo com a legislação e taxas aplicáveis, tendo em consideração o enquadramento jurídico e legal atribuído ao Instituto Português de Corporate Governance.

NOTA 4 - IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

Nos termos preconizados no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC), o Instituto Português de Corporate Governance configura um sujeito passivo do imposto, que não exerce a título principal uma actividade de natureza comercial, industrial ou agrícola, auferindo rendimentos não sujeitos a IRC, como sejam as quotas pagas pelos seus associados, bem como os subsídios destinados à realização dos seus fins estatutários (Artigo 54.º, nº 3 do CIRC).

As declarações fiscais ficam sujeitas a inspeção e eventual ajustamento por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos contado a partir do exercício a que respeitam.

O IRC foi calculado de acordo com a legislação e taxas aplicáveis em vigor. De acordo com o número 3 do Artigo 11.º do CIRC, foram considerados como rendimentos sujeitos a tributação os rendimentos suplementares resultantes da venda de publicações e dos juros obtidos de depósitos a prazo.

NOTA 5 - ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS E ACTIVOS INTANGÍVEIS E INVESTIMENTOS FINANCEIROS

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018, o movimento ocorrido nos ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis, bem como nas respectivas depreciações e amortizações acumuladas, foi o seguinte:

2019

Rubricas	Activos fixos Tangíveis	Activos Intangíveis
Activos		
Saldo inicial	8 704,13	9 628,79
Aquisições	10 673,73	540,95
Abates		-2 500,00
Saldo final	19 377,86	7 669,74
Depreciações e amortizações acumuladas		
Saldo inicial	8 061,68	9 542,89
Depreciações e amortizações do exercício	7 490,62	626,85
Abates		-2 500,00
Saldo final	15 552,30	7 669,74
Activos líquidos	3 825,56	0,00

A aquisição do ativo fixo tangível de 2019 corresponde a material informático para integração de uma nova colaboradora e mobiliário para a nova sala de reuniões do Instituto.

2018

Rubricas	Activos fixos Tangíveis	Activos Intangíveis
Activos		
Saldo inicial	8 682,14	9 628,79
Aquisições	21,99	
Saldo final	8 704,13	9 628,79
Depreciações e amortizações acumuladas		
Saldo inicial	7 177,54	9 326,87
Depreciações e amortizações do exercício	884,14	216,02
Saldo final	8 061,68	9 542,89
Activos líquidos	642,45	85,90

Investimentos financeiros - Fundo Compensação Trabalho	
Activos	
Saldo inicial	0,00
Aquisições	66,60
Aumento por justo valor	0,39
Saldo final	66,99

NOTA 6 - CRÉDITOS A RECEBER

Em 31 de Dezembro de 2019 e 2018, os movimentos de créditos a receber apresentavam-se da seguinte forma:

2019

Rubricas	Saldo Inicial	Aumentos	Redução	Saldo Final
Créditos a Receber:				
Adiantamentos a fornecedores	219,03	9 029,40	-9 169,69	78,74
Outros acréscimos de rendimentos	105,00	42,67	-105,00	42,67
	324,03	9 072,07	-9 274,69	121,41

2018

Rubricas	Saldo Inicial	Aumentos	Redução	Saldo Final
Créditos a Receber:				
Clientes	3 550,00	68 095,00	-71 645,00	0,00
Fornecedores	1,63	0,00	-1,63	0,00
Adiantamentos a fornecedores	99,01	8 294,70	-8 174,68	219,03
Outros acréscimos de rendimentos	0,00	105,00	0,00	105,00
	3 650,64	76 494,70	-79 821,31	324,03

NOTA 7 – ASSOCIADOS - ACTIVO E PASSIVO E IMPARIDADE**ACTIVO**

Em 31 de Dezembro de 2019 e 2018, os movimentos com associados, apresentavam-se da seguinte forma:

Associados						
	31/12/2019			31/12/2018		
Descrição	Activos financeiros mensurados ao custo	Perdas por imparidade acumuladas	Total	Activos financeiros mensurados ao custo	Perdas por imparidade acumuladas	Total
Activos Associados	28 560,00	15 450,00	13 110,00	26 600,00	15 550,00	11 050,00
Total do activo	28 560,00	15 450,00	13 110,00	26 600,00	15 550,00	11 050,00

PASSIVO

Associados				
	31/12/2019		31/12/2018	
Descrição	Passivos financeiros mensurados ao custo	Total	Passivos financeiros mensurados ao custo	Total
Passivos Associados	395,01	395,01	50,00	50,00
Total do passivo	395,01	395,01	50,00	50,00

IMPARIDADE

Perdas por Imparidade Acumuladas					
Descrição	31/12/2019				
	Saldo inicial	Aumentos	Utilizações	Reversões	Saldo final
Associados	15 550,00	2 350,00	-2 400,00	-50,00	15 450,00
	15 550,00	2 350,00	-2 400,00	-50,00	15 450,00

Perdas por Imparidade Acumuladas					
Descrição	31/12/2018				
	Saldo inicial	Aumentos	Utilizações	Reversões	Saldo final
Associados	16 725,00	3 050,00	-3 400,00	-825,00	15 550,00
	16 725,00	3 050,00	-3 400,00	-825,00	15 550,00

NOTA 8 – DIFERIMENTOS – ACTIVO E PASSIVO

Em 31 de Dezembro de 2019 e 2018, estas rubricas têm a seguinte decomposição:

Descrição	2019	2018
Gastos a reconhecer		
Rendas e alugueres	2 649,13	2 116,36
Conservação e reparação	0,00	691,88
Serviços especializados	2 539,12	1 996,59
Seguros	162,23	112,79
Outros	1 125,20	0,00
TOTAL VALORES ACTIVOS	6 475,68	4 917,62
Rendimentos a reconhecer		
Quotizações	50,00	200,00
TOTAL VALORES PASSIVOS	50,00	200,00

NOTA 9 - CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS

Em 31 de Dezembro de 2019 e 2018, esta rubrica tem a seguinte composição:

Descrição	2019	2018
Caixa	752,17	123,22
Depósitos à ordem	42 635,89	20 129,05
Depósitos a prazo	60 000,00	60 000,00
Total dos depósitos bancários	102 635,89	80 129,05
TOTAL	103 388,06	80 252,27

NOTA 10 – FUNDOS PATRIMONIAIS

O movimento nos Fundos Patrimoniais é apresentado na Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais.

Os Fundos Patrimoniais são constituídos pelos resultados de exercícios anteriores, correspondendo essencialmente às jóias e quotas de associados deduzidos dos custos do Instituto Português de Corporate Governance. De seguida é apresentada a sua evolução por anos:

Descrição	Valor
Constituído no Exercício de 2004	1 300,00
Constituído no Exercício de 2005	20 281,72
Constituído no Exercício de 2006	30 032,90
Constituído no Exercício de 2007	46 135,61
Constituído no Exercício de 2008	-9 128,22
Constituído no Exercício de 2009	7 470,39
Constituído no Exercício de 2010	2 711,10
Constituído no Exercício de 2011	-40 479,65
Constituído no Exercício de 2012	4 712,36
Constituído no Exercício de 2013	-7 647,77
Constituído no Exercício de 2014	1 271,72
Constituído no Exercício de 2015	-25 286,16
Constituído no Exercício de 2016	21 378,18
Constituído no Exercício de 2017	20 923,36
Constituído no Exercício de 2018	16 005,32
Total dos Fundos	89 680,86
Resultado líquido do exercício de 2019	19 664,08
Total dos Fundos Patrimoniais	109 344,94

NOTA 11 - FORNECEDORES – PASSIVO

Em 31 de Dezembro de 2019 e 2018, esta rubrica tem a seguinte composição:

Descrição	2019	2018
LIFT Consulting - Consultores de Comunicação, S.A.	4 920,00	0,00
Eden Springs Portugal, S.A.	34,45	22,85
Pleximyng, Lda.	615,00	0,00
Fidelidade – C. ia de Seguros, S.A.	94,86	75,91
TOTAL VALORES PASSIVOS	5 664,31	98,76

NOTA 12 - ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS – ACTIVO E PASSIVO

Em 31 de Dezembro de 2019 e 2018, esta rubrica tem a seguinte composição:

Descrição	2019	2018
Retenções de Terceiros	84,75	48,29
TOTAL VALORES ACTIVOS	84,75	48,29
IRC – Autoliquidação	58,10	68,57
Retenção IRS Trabalho Dependente	1 200,00	748,00
Retenção IRS Trabalho Independente	1 342,25	762,50
Retenção IRS Prediais	533,95	428,40
Contribuições Segurança Social	1 830,81	1 194,78
Contribuições FCT/FGCT	12,00	0,00
TOTAL VALORES PASSIVOS	4 977,11	3 202,25

Em 31 de Dezembro de 2019 e 2018, o Instituto Português de Corporate Governance não apresenta dívidas em situação de mora.

NOTA 13 – OUTROS PASSIVOS CORRENTES

Em 31 de Dezembro de 2019 e 2018, esta rubrica tem a seguinte composição:

Descrição	2019	2018
Outros Passivos Correntes		
Remunerações a pagar	3 566,08	3 519,69
Publicidade e Propaganda	0,00	569,00
Trabalhos Especializados-auditoria	3 075,00	0,00
TOTAL VALORES PASSIVOS	6 641,08	4 088,69

NOTA 14 - VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018, esta rubrica tem a seguinte composição:

Descrição	2019	2018
Quotas dos associados	174 650,00	128 195,00
Promoção para captação de recursos	76 147,50	74 150,00
Descontos e abatimentos	-4 030,00	-3 705,00
TOTAL	246 767,50	198 640,00

NOTA 15 - FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018, esta rubrica tem a seguinte composição:

Descrição	2019	2018
Trabalhos Especializados	71 086,60	60 056,13
Publicidade e Propaganda	2 337,00	6 150,00
Vigilância e Segurança	1 396,11	0,00
Honorários	33 929,96	23 325,00
Conservação e Reparação	61,50	1 555,96
Reuniões Conferências (Org. Eventos)	15 044,64	15 181,22
Ferramentas e Utensílios de Desgaste Rápido	198,17	2,99
Material de Escritório	2 114,84	2 100,27
Deslocações e Estadas	7 225,93	1 729,74
Transportes de Mercadorias	123,00	98,40
Rendas e Alugueres	30 070,82	25 232,24
Comunicação	1 147,59	1 149,81
Seguros	75,91	75,01
Contencioso e Notariado	50,00	464,91
Limpeza, Higiene e Conforto	1,79	445,68
Outros Serviços	484,02	247,39
TOTAL	165 347,88	137 814,75

A variação verificada em 2019 na rubrica “Trabalhos Especializados” corresponde essencialmente à prestação de serviços da Comissão Executiva de Acompanhamento e Monitorização (com início em abril de 2018), conforme aprovado na reunião da Direção de 20 de março de 2018; à prestação de serviços de Recrutamento e Seleção da nova colaboradora e à prestação de serviços de auditoria do ROC.

A variação verificada em 2019 na rubrica “Honorários” corresponde aos serviços prestados por juristas que colaboram com a Comissão Executiva de Acompanhamento e Monitorização (com início de pagamento em dezembro de 2018), conforme aprovado na reunião da Direção de 18 de julho de 2018.

A variação verificada em 2019 na rubrica “Deslocações e Estadas” corresponde ao reembolso de deslocações de membros da Direção e a gastos com deslocações de membros da Comissão Executiva de Acompanhamento e Monitorização, para reuniões de coordenação e com empresas emittentes relacionadas com o trabalho de monitorização do Código Governo das Sociedades do IPCG.

NOTA 16 - GASTOS COM PESSOAL

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018, esta rubrica tem a seguinte composição:

Descrição	2019	2018
Remunerações dos órgãos sociais	0,00	5 566,68
Remunerações do pessoal	31 430,50	20 954,17
Encargos patronais para a Segurança Social	6 361,21	4 283,37
Remunerações para férias e subsídio de férias	3 566,08	3 519,69
Seguro para Acidentes de Trabalho	322,03	226,14
Formação do Pessoal	1 722,00	0,00
Higiene, Segurança no Trabalho	134,69	107,01
Medicina no Trabalho	71,50	41,60
TOTAL	43 608,01	34 698,66

Os órgãos diretivos e sociais do Instituto não auferem qualquer remuneração fixa de acordo com os Estatutos do Instituto.

A média de funcionários dependentes ao serviço do Instituto é de 2 e 1 colaboradores nos exercícios de 2019 e 2018, respetivamente.

NOTA 17 - OUTROS RENDIMENTOS

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018, esta rubrica tem a seguinte composição:

Descrição	2019	2018
Direitos de Autor	218,98	13,14
Correcções relativas a períodos anteriores	0,00	2 460,00
Excesso da estimativa para impostos	5,96	0,00
Outros não especificados	28,60	0,00
Juros obtidos de depósitos	57,67	285,00
TOTAL	311,21	2 758,14

NOTA 18 - OUTROS GASTOS

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018, esta rubrica tem a seguinte composição:

Descrição	2019	2018
Impostos	5 825,18	5 425,68
Dívidas Incobráveis	100,00	1 050,00
Correcções relativas a períodos anteriores	0,00	6,15
Donativos	528,60	500,00
Quotizações	1 379,78	2 500,00
Insuficiência da estimativa para impostos	0,00	3,85
Multas e Penalidades	150,00	0,00
TOTAL	7 983,56	9 485,68

NOTA 19 – ENTIDADES RELACIONADAS

O **Instituto Português de Corporate Governance** não participa em qualquer entidade.

Informa-se que relativamente ao Programa Avançado para Administradores não Executivos 4.ª edição, foram docentes os membros dos Órgãos Sociais que a seguir referenciamos:

Da Direcção

Professor Doutor António Gomes Mota (Presidente)

Doutor Alexandre Mota Pinto (Vogal)

Do Conselho Fiscal

Professor Doutor Manuel Ramos de Sousa Sebastião (Presidente)

Mais se informa que, o Doutor Jorge Manuel de Sousa Marrão (Vogal do Conselho Fiscal) é Partner da Deloitte Portugal, empresa auditora do IPCG.

NOTA 20 - APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Estas Demonstrações Financeiras foram aprovadas pela Direcção em 15 de abril de 2020.

NOTA 21 - EVENTOS SUBSEQUENTES

No momento em que o presente anexo foi elaborado, já se conhecem os primeiros efeitos e as primeiras medidas governamentais de combate à pandemia. O IPCG tomou rapidamente um conjunto de medidas de mitigação dos impactos do COVID – 19 e em particular o adiamento da realização da 5.ª edição do programa avançado para administradores não executivos, previsto para a segunda quinzena de março de 2020. Os efeitos potenciais ainda são incertos e dependerão da dimensão e período do contágio e do seu impacto na economia nacional e internacional.

Não são ainda quantificáveis os eventuais impactos nos pagamentos de quotas de associados individuais.

A Direcção do Instituto considera que o pressuposto da continuidade se mantém apropriado.

Lisboa, 15 de abril de 2020

O Contabilista Certificado n.º 38933



A Direcção

